



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2020-0062

BI-2020-0006

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 11/03/2020

Hora: 14:15

Tipo: Denúncia

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: ---

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, na sequência de diversas denúncias apresentadas neste serviço inspetivo.

No local fomos acompanhados por:

- Mário Luis Gomes Ramalho Alves (Gerente);
- Ana Isabel Sousa Rego (Responsável de qualidade e segurança);
- Ricardo Jorge Ribeiro Moreira (Diretor de produção).

Fomos ainda acompanhados pelos seguintes técnicos da Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC), entidade licenciadora, que efetuaram vistoria industrial em simultâneo:

- Sónia dos Santos Ferreira Amaral;
- João Manuel Amaral Fontes.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Naturalreason, Lda

NIPC/NIF: 510147348

Sede/morada: Zona Industrial do Porto de Praia da Vitoria - Lote 7

Código Postal: 9760-114

Freguesia: Cabo da Praia

Concelho: Praia da Vitória

Ilha: Ilha Terceira



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Fábrica de valorização energética de biomassa florestal - Ilha Terceira
Endereço: Grotta dos Calrinhos, 14
Código Postal: 9700-224
Freguesia: São Bento
Concelho: Angra do Heroísmo
Ilha: Ilha Terceira
Atividade principal: 16101 - Serração de madeira
Outras atividades: 02200 - Exploração florestal
Período de funcionamento: 24 horas/dia
Licenciamento da atividade: Licença de exploração industrial - processo n.º 2173 (2017)



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

A unidade industrial em causa esteve sem laborar entre o segundo trimestre (aproximadamente) de 2018 e dezembro de 2019 (quando foi reativada, segundo informação dos responsáveis).

A partir de fevereiro de 2020 iniciou a laboração em período entardecer e noturno (informação dada pelos responsáveis da unidade industrial).

Entre os dias 18/02/2020 e 05/03/2020 foram recebidas 12 denúncias de ruído na Inspeção Regional do Ambiente (IRA), queixando-se das seguintes situações abaixo transcritas:

- “ocorre entre as 18 e as 19 horas, dependendo dos dias, e se prolonga pela noite e madrugada até às 9h-10h, também dependendo dos dias. Aos fins de semana funciona durante o dia e durante a noite”;
- “A agravar a situação existe, uma estrutura coberta ao lado da fábrica, pertencente à mesma, com a entrada (aberta) virada para as casas dos moradores, onde operam outras máquinas barulhentas e veículos pesados em constante movimento”;
- “a fábrica labuta 24h/dia e à noite ouvem-se máquinas como motosserras, mesmo com janelas fechadas”;
- “os cortes de madeira com motosserra são feitos na rua numa espécie de armazém virado para os apartamentos e que é completamente aberto”;
- “Este barulho é sentido tanto fora de casa (no pátio), como dentro de casa, com as janelas todas fechadas”;
- “Barulho das máquinas muito incómodo sempre ao fim da tarde e que se prolonga durante a noite”.

2.2 – Descrição da situação observada

Na data da ação inspetiva apenas os trabalhos no exterior estavam em execução (corte de troncos com motosserra, laboração de rachadora, de destroçador e de estilhadora). Os equipamentos do interior da unidade industrial encontravam-se em manutenção de rotina.

Os responsáveis da unidade industrial confirmaram que têm laborado no período entardecer e noturno desde o início do mês de fevereiro, por motivos económicos (energia mais barata). Confirmaram também que não têm autorização para laborar para além dos limites das 7:00 às 20:00.

2.3 – Outras informações obtidas

No dia 31/05/2017, em ofício de resposta à Inspeção Regional do Trabalho (IRT), a entidade licenciadora (Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade – DRAIC) emite um parecer positivo à autorização de laboração para além dos limites definidos no artigo 16.º da Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro. No referido



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

parecer é indicado que “embora não se vislumbrem inconvenientes, parece-nos que a autorização para praticar horário de laboração para além dos limites 7:00 – 20:00 deveria ser por prazos não superiores a 6 meses”.

A unidade industrial dispõe apenas de uma avaliação acústica de ruído ambiente, datada de 20/12/2017, efetuada pela empresa “Noiselab – Laboratórios de engenheiros acústicos associados, Lda.”, acreditada pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC) para ensaios de acústica e vibrações, com a Licença n.º L0559-1.

Na referida avaliação conclui-se que, àquela data (medições a 9, 10 e 11 de outubro de 2017), os valores limite não eram excedidos, no entanto o critério de incomodidade para os períodos entardecer e noturno no ponto P1 (habitação no Caminho do Saibro) não era cumprido. De referir que esta avaliação de ruído abrange as seguintes fontes de ruído da unidade: processo, estilhadora e destroçador. Não há qualquer referência à laboração com motosserras ou outras máquinas no parque de biomassa (exterior do edifício), máquinas estas que foram referidas em algumas denúncias agora apresentadas.



Imagem 1 – Pontos de referência da avaliação acústica efetuada pela Noiselab (Fonte: Noiselab, 2017).

No dia 15/06/2018 o processo de pedido de alargamento do período de laboração foi arquivado pela IRT, em comunicação por e-mail ao gerente da empresa, não tendo sido emitida autorização.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2.4 – Enquadramento legal

- Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, que regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e procede à primeira alteração da Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro.
 - Artigo 16.º - Período de laboração.
 - No n.º 1 é indicado que “o período de laboração é o compreendido entre as 7 e as 20 horas, sem prejuízo do disposto no número seguinte”.
 - No n.º 2 é estabelecido que “o membro do Governo responsável pela área laboral, ouvidas as entidades públicas competentes, pode autorizar períodos de laboração do estabelecimento com amplitude superior à definida no número anterior, por motivos económicos e tecnológicos”.
- Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, que estabelece o regime geral de prevenção do ruído e de controlo da poluição sonora a Região Autónoma dos Açores.
 - Artigo 25.º - Atividades ruidosas permanentes.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

- Laboração em período entardecer e noturno em incumprimento do critério de incomodidade estabelecido para os mesmos, com base na avaliação acústica de dezembro de 2017 (única existente). A instalação ou o exercício de atividades ruidosas permanentes em zonas mistas, nas envolventes das zonas sensíveis ou mistas ou na proximidade dos recetores sensíveis isolados em violação do disposto no n.º 1 do artigo 25.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, constitui contraordenação ambiental grave, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 61.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação atual.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Os responsáveis da unidade industrial foram informados, no local e data da inspeção, que a unidade não pode laborar para além dos limites das 7:00 às 20:00 sem autorização da Inspeção Regional do Trabalho.

Medidas adotadas:

- ☐ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: envio do relatório à DRAIC, entidade licenciadora da atividade e à Inspeção Regional do Trabalho, entidade competente pela emissão de autorização de laboração além dos limites estipulados.